

**NIEP  
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A “reforma universitária consentida”: a universidade para quem?			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Matheus Castro da Silva	Universidade Federal Fluminense	UFF	Mestrando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este estudo tem como objetivo analisar de que maneira o REUNI, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, implementado pelo Governo do Partido dos Trabalhadores, dialoga com o conceito de “Reforma Consentida” de Florestan Fernandes. Tendo o materialismo histórico e dialético como base metodológica para a realização desta pesquisa, partiremos da discussão acerca da inserção do Brasil na totalidade do Modo de Produção Capitalista, que, segundo Florestan, é de uma maneira dependente e subordinada. Mediante isso, traremos à baila como essa inserção se materializa nas políticas públicas adotadas pelo Governo brasileiro, neste caso, a Reforma Universitária implementada em 2007. Tendo em vista que essa Reforma partiu da alcunha de “Expansão e Democratização do Ensino Superior”, uma bandeira histórica dos movimentos sociais no país, temos que analisar como esse processo se deu, sobretudo após vivenciarmos, no ano de 2012, uma greve histórica que atingiu os três setores da Universidade: alunos, técnicos e professores, e o fato de isso ter ocorrido ao final do processo de implementação dessa Reforma. Assim, ainda que este estudo ainda esteja em andamento, já podemos nos questionar até que ponto essa política correspondeu aos anseios da classe trabalhadora, ou apenas atuou no sentido de cooptar suas bandeiras e servir aos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, abrir o diálogo com Florestan Fernandes é fundamental, pois, além de nos dar um panorama muito atual sobre a realidade de nosso país, possui uma análise de muita relevância sobre o Ensino Superior e o seu papel social.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Ensino Superior, Reforma Universitária e Capitalismo Dependente			
ABSTRACT			
<p>This paper aims to analyze how the REUNI, Decree number 6.096, April 24<sup>th</sup> of 2007, implemented by “Partido dos Trabalhadores” government, dialogues with the concept of “Reforma Consentida” prepared by Florestan Fernandes. Having the historical and dialectical materialism as a methodological basis for this search, we’ll start from the discussion about the inclusion of Brazil in totality of the Capitalist Mode of Production, which, according to Florestan, is in a dependent and subordinate way. By this, we’ll bring the discussion about how this inclusion is embodied in public policy adopted by the Brazilian government, in this case, the University Reforma implemented in 2007. Given that this Reform started from the premise of “Expansion and Democratization” of Higher Education, a history desire of the social movements in the country, we have to analyze how this process occurred, especially after we experience, at 2012, a historical strike that hit all sectors in the university: students, teachers and servers, and the fact this occurred at the end of the deployment process of the reform. Therefore, however this study is still on progress, we can question to what extent this policy corresponded to the expectations of the working class, or just served to co-opt their flags and serve the interests of the ruling class. Ergo, open the dialogue with Florestan Fernandes is essential, because, in addition to giving us a far today about the reality of Brasil, has a very relevant analysis about the Higher Education and it social function.</p>			
KEYWORDS			
Higher Education, University Reform and Dependent Capitalism			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

## **Introdução**

É comum ouvirmos que o “modo pelo qual se valoriza a educação de um país pode dizer muito sobre ele”. Dessa forma, entendemos a educação como algo inserido dentro de um contexto maior, onde as políticas educacionais exprimem muito acerca da condição social, política, cultural e econômica de um país. Nesse sentido, uma análise consequente da estrutura educacional deve partir da relação dialética que ela possui com a complexidade da estrutura societária onde está inserida. Para realizar essa tarefa, utilizaremos a Universidade Federal Fluminense (UFF) como a base para apreensão da concretude das políticas educacionais implementadas pelo Governo brasileiro, em especial o REUNI, carro chefe das políticas de reforma do Ensino Superior (ES).

Ademais, esse estudo parte da consideração da grande capacidade de análise sociológica do não apenas pensador, mas intelectual militante e revolucionário, Florestan Fernandes, que deixou um pensamento valiosíssimo para a compreensão da realidade brasileira em sua concretude, assim como de seu sistema educacional. A atualidade de seu pensamento nos é de fundamental relevância, servindo para esclarecer muitas das questões atuais, assim como de iluminar o caminho dos militantes na luta pela transformação da sociedade brasileira, principalmente aqueles inseridos no campo da educação.

Nesse sentido, assim como Fernandes, temos como norte a obra de Marx e Engels no que diz respeito à referência metodológica em uma perspectiva de esclarecimento e transformação da realidade. Dessa feita, para ambos os autores, a teoria não é apenas um exame das formas conferidas a um objeto, nem a construção de modelos explicativos que consigam dar conta de seus movimentos visíveis. Ele nos mostra que a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento: “o conhecimento teórico *é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 20, grifos do autor).

O objetivo do pesquisador é ir além da aparência empírica, por onde se inicia o processo do conhecimento, logo, sendo uma fase importante, contudo o fundamental é chegar à essência, estrutura e dinâmica do objeto. “Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (idem, p. 22).

Ainda que não contemple toda a complexidade da atual configuração da sociedade, em virtude das mudanças históricas ocorridas, a visão marxiana é necessária para a compreensão da globalidade do Modo de Produção Capitalista (MPC), e, a partir de então, o fornecimento de

categorias, sem uma rigidez “desnecessária” para o entendimento das particularidades do capitalismo. Não há necessidade de se forjar um “novo materialismo histórico-dialético”, porquanto para apreender a forma capitalista brasileira não basta apenas “aplicar” as categorias marxianas, mas sim buscar o conhecimento de que forma se objetiva aqui o MPC, e, por conseguinte, a educação superior, foco deste estudo.

A conexão indissociável entre desenvolvimento capitalista global, cujas formas determinadas conformam dinâmicas particulares nas distintas formações sociais não centrais (ou “periféricas”), e desenvolvimento educacional em todos os níveis é essencial para compreender a educação superior brasileira, bem como para compreender as visões que dela foram feitas. É o método da investigação dos objetos no interior de seu próprio movimento real e dinâmico, que é sempre síntese de múltiplas determinações (MINTO, 2011, p. 05).

Para tanto, o presente estudo está dividido em quatro partes: a primeira “a relação dialética entre o capitalismo dependente e o subdesenvolvimento: a particularidade brasileira” vai falar acerca da perspectiva de Florestan Fernandes da análise da estrutura societária brasileira, de sua formação, configuração e os possíveis passos para a sua transformação; em “o Estado, a hegemonia burguesa e a dependência em tempos de neoliberalismo”, abordaremos de que forma ocorre a relação entre Estado e a formação e manutenção da hegemonia burguesa atualmente, sob a égide do neoliberalismo, e de que forma essa relação corrobora com a perpetuação do Brasil enquanto um país dependente; já em “a Educação Superior na dependência: a universidade na particularidade brasileira”, buscaremos explicar as relações entre a educação superior e a conformação socioeconômica dependente, de modo a possibilitar uma compreensão dialética da forma que a Universidade se constitui dentro da particularidade brasileira; por fim, com “REUNI: Expandir para quem? A presença do neoliberalismo na Universidade”, pretendemos esclarecer de que modo essa reforma universitária implementada e mantida no Governo do Partido dos Trabalhadores entra na lógica neoliberal de reconfiguração estatal, além disso, colaborando para a intensificação dos laços de dependência, reafirmando a perspectiva da dependência abordada por Florestan Fernandes.

### **A relação dialética entre o capitalismo dependente e o subdesenvolvimento: a particularidade brasileira.**

Florestan Fernandes analisa o papel do Brasil, sua economia, a partir de sua inserção no sistema capitalista global. A partir da integração entre a burguesia brasileira e a burguesia internacional, entre a relação do Brasil enquanto um país periférico e os países centrais, que “não deve ser concebida como uma imposição ‘de fora’, mas articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir internamente relações de dominação ideológica e exploração econômica” (LIMA, 2006, p. 20). Esse modelo de desenvolvimento subordinado cultural, política e financeiramente à Europa e, mais tarde aos EUA, terá articulação entre diferentes “momentos

históricos”, combinando o “moderno e o arcaico” na produção, combinando um processo industrial de substituição de importações e a urbanização com a ordem rural.

Essa posição subalterna ocupada pelo Brasil na ordem vigente tem explicações mais profundas, as raízes remontam ao período colonial. Nessa análise, é importante saber que a sociedade brasileira originou-se como parte da expansão do mundo ocidental e do papel tomado pelos portugueses (CF Fernandes, 1968). Isso gera alguns desdobramentos: de um lado, vemos que a “colonização” brasileira coincide com o momento derradeiro da crise da Europa medieval e as elaborações sociais seguintes; de outro, que o empreendimento português não acarretava em uma transposição para o Brasil dessas novas formas sociais em construção. Sendo assim, a “colonização” em si significa uma retomada de uma configuração social estamental, graças à simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial.

Nesse ínterim, torna-se fundamental destacar também o desenrolar do processo de “independência” do Brasil. “A formação de um Estado nacional independente desenrolou-se sem que se processassem alterações anteriores ou concomitantes na organização da economia e da sociedade. Portanto, ela se deu sem que o regime de castas e estamentos sofresse qualquer crise, pois ele constituiu a base econômica e social da transformação dos ‘senhores rurais’ numa aristocracia agrária” (FERNANDES, 1968, p. 22). Dessa feita, a inclusão do Brasil na economia mundial significou uma mudança nos laços coloniais, em uma conjuntura cuja a Inglaterra houvera se elevado à condição de grande potência mundial. Esses laços transformam-se de jurídico-políticos em apenas econômicos; transferiram-se da antiga Metrópole para o centro do poder do imperialismo econômico. Esse processo histórico-social culminou em uma revolução política com a extinção das formas preexistentes de expropriação colonial; em uma nova regulação dos excedentes econômicos que não era mais decidida de forma externa; transferência do poder político institucionalizado para as elites nativas. Todavia, economicamente, há uma perpetuação das estruturas coloniais, que “ficaram intactas, como condição mesma, seja para o controle do poder pelas elites senhoriais nativas, seja por causa das necessidades do mercado mundial, em relação ao qual a economia tropical preenchia uma função especializada, de natureza heteronômica” (idem, pp. 22-23).

Nos dias de hoje, podemos notar algumas mudanças, mas não é possível dizer que rompemos com os laços de dominação externas quando estes são cada vez mais complexos e intrínsecos ao modo de acumulação de capital existente no país. Assim, podemos ver que há um processo dinâmico que atua combinando elementos “arcaicos” e elementos “modernos”, constituintes do Modo de Produção Capitalista (MPC) na particularidade brasileira. Dessa forma, as

transições sofridas pela economia nacional até chegar ao capitalismo industrial produzem realidades estruturais diversas:

Concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. [...], a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes ‘épocas históricas’, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, [...]). [...], a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (FERNANDES, 2009, p. 29).

Nesse sentido, vemos a constituição de um projeto de sociabilidade, perspectivas da luta de classes, e uma forma característica de obtenção da hegemonia burguesa que seja coerente a essa forma particular do MPC. Com isso, vemos a constituição de diferentes projetos societários, imanentes aos interesses e às condições de classe de burguesia e proletariado. A partir do antagonismo entre esses projetos de sociabilidade, vemos a composição do caráter antidemocrático da burguesia nacional com base no padrão de hegemonia do país.

As relações patrimonialistas e o uso autocrático das instituições oligárquicas serão reorganizados para viabilizar a associação das oligarquias com as várias frações da burguesia em formação, com o objetivo de preservar e intensificar os privilégios dessas camadas dominantes e se ajustar aos interesses socioeconômicos requeridos pelo capitalismo monopolista, constituindo o fenômeno que Florestan identificou como padrão compósito de hegemonia burguesa, produto do capitalismo dependente (LIMA, 2006, p. 21).

Para a obtenção desse padrão de hegemonia, vemos que “a burguesia brasileira, [...] associa-se conscientemente à burguesia internacional para a manutenção de seus interesses econômicos e políticos, bem como limita a participação dos trabalhadores com vistas a impedir qualquer possibilidade de construção de uma ‘revolução contra a ordem’, ou mesmo uma ‘revolução dentro da ordem’ que não seja conduzida e consentida por seus quadros dirigentes” (LIMA, 2006, pp. 21-22). Nesse contexto, o conceito de revolução “dentro da ordem” é um conjunto de ações reformistas do capitalismo, para legitimar o seu projeto de sociabilidade. Ademais, é um processo de ampliação da participação política da classe trabalhadora.

Nessa medida, vemos a análise de Florestan sobre o papel da burguesia na realização da revolução burguesa no Brasil, compreendendo as diferenças no processo de modernização das estruturas sociais e econômicas daqui para os países centrais. Esse processo é fruto da combinação de uma burguesia sem perfil revolucionário com um proletariado ainda em fase de organização, além de uma intervenção estatal importante e uma ação diretiva do imperialismo. (LIMA, 2006).

Em Florestan Fernandes, o entendimento de Revolução Burguesa não está acompanhado da transição Império-República, mas de transformações fundamentais na ordem social, econômica, política, técnica e cultural do país, que ocorrem quando o capitalismo atinge o clímax de seu desenvolvimento industrial. “A transição Império-República, demarcaria não uma ruptura, mas um rearranjo de forças, mesclando ainda muito “timidamente” o novo com o velho” (FERNANDES, 1975, *apud* LIMA, 2006, p. 24). A grande polêmica de Florestan está no que ele chama de “debilidade” da burguesia nacional. Para tanto, o autor utiliza o termo de “circuito fechado”, que diz respeito à imagem que a burguesia cria de si mesmo, constituindo um “mundo interior”, que, devido à sua posição, se torna a posição geral, corroborando com a tradição do mandonismo oligárquico.

Nesse sentido, é ainda importante apreender o conceito de contrarrevolução, “a quente” ou “a frio” (Cf Lima, 2006) para melhor entender o papel da burguesia nacional. Seguindo essa linha, vemos Florestan utilizar o conceito de contrarrevolução burguesa. O desenvolvimento capitalista está ligado ao perfil revolucionário da burguesia, a ruptura radical com as estruturas anteriores de poder, ou a possibilidade de conciliação do padrão capitalista dependente. Sendo assim, para a manutenção da burguesia como classe dominante, há a necessidade de realizar constantemente contrarrevoluções para reconfigurar as estruturas capitalistas para manter as taxas de lucro constantes, sair das crises e reproduzir os padrões de sociabilidade.

O processo contrarrevolucionário só foi possível por meio da combinação entre repressão e ampliação da participação política da classe trabalhadora, conquanto dentro dos limites da ordem social burguesa, garantindo a manutenção e até a ampliação das desigualdades socioeconômicas. “A ação contra-revolucionária da burguesia preventiva e prolongada ou ‘a frio’ é possível graças a um elemento político fundamental: no capitalismo, a totalidade da vida social é apresentada por intermédio de sua decomposição em esferas diferenciadas - o político e o econômico”(LIMA, 2006, p. 25). Essa separação é fundamental, pois o controle da arena econômica é vista como algo a parte do setor político, onde tornava possível a exploração da força de trabalho, a extração de mais-valia, o que, mesmo com a mistificação, gera contradições, sendo a contradição fundamental do MPC aquela entre o capital e o trabalho.

Na atualidade, vemos um novo movimento da burguesia para a preservação de sua condição de classe, escondendo-se atrás das premissas dos direitos humanos, democracia, “Estado de direito”, que colocam questões mistificadoras como a “humanização do capitalismo”, como uma perspectiva de atração da classe trabalhadora para o seu projeto societário. “Diante dessas novas potencialidades, a burguesia internacional realiza, por meio da contra-revolução preventiva, ações sistemáticas de reorganização de suas ofensivas para enfrentar suas crises e conformar mentes e

corações ao seu projeto de sociabilidade” (LIMA, 2006, p. 29). Para tanto, o domínio do aparato estatal é fundamental, como veremos adiante.

### **O Estado, a hegemonia burguesa e a dependência em tempos de neoliberalismo.**

Nesse ínterim, a participação do Estado é essencial para garantir esse padrão de hegemonia burguesa. Retomando Marx e Engels para a compreensão da configuração e função social exercida pelo Estado no MPC, observamos que, a partir do processo de divisão do trabalho inerente ao capitalismo (CF Marx & Engels, 2009), vemos a constituição de conflitos e contradições no seio da sociedade. Na divisão do trabalho, ocorre muitas vezes o conflito entre os interesses individuais, de indivíduos ou famílias, e os comunitários, que ocorrem como uma universalização das dependências/intercâmbio entre os indivíduos, sendo algo real. Segundo Marx e Engels (2009, p. 47, grifos do autor) “é precisamente por essa contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma organização [...] autônoma como *Estado*, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real [...] dos laços existentes em todos os conglomerados de famílias e tribais”.

Corroborando com essa posição, Nicos Poulantzas nos mostra que o Estado burguesa é responsável por organizar a dominação de classe da burguesia, ao mesmo tempo, que propicia a hegemonia de uma determinada fração de classe, onde a disputa em torno da política econômica não pode ser vista como algo em prol da “nação”, mas sim uma disputa de interesses específicos. “O conceito de bloco no poder opera, então, com dois aspectos básicos: de um lado, a unidade contraditória da burguesia e, de outro lado, o papel ativo que o Estado desempenha na organização da dominação de classe da burguesia e da hegemonia de uma de suas frações” (BOITO JÚNIOR, 2005, p. 55).

Essas duas perspectivas da função estatal adquirem um caráter especial nos dias de hoje. Vivemos em uma fase que Florestan Fernandes caracteriza como “imperialismo total”, que veio a partir da conjunção com as grandes empresas corporativas nos países periféricos, com um novo estilo de organização, produção, propagandas de massa, e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Isso ocorre por meio da associação com sócios locais, corrupção, pressão e afins. Esse modelo se concretiza em alguns pontos: controle externo compartilhado por diferentes nações hegemônicas, culminando em um imperialismo total, diferente do imperialismo restrito que o antecedeu. “O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a

transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.” (FERNANDES, 2009, p. 27).

Ao relacionar a particularidade brasileira com a nova perspectiva de inserção do Brasil em tempos de mundialização do capital (Cf Chesnais, 2008), observamos como ações de um modelo neoliberal capitalista: desmonte dos direitos trabalhistas e sociais conquistados pelos trabalhadores durante o período desenvolvimentista, o que assegura a unidade política burguesa em torno do modelo, inclusive as empresas que respeitam as leis trabalhistas usufruem dessa condição, pois conseguem subcontratações, seus fornecedores barateiam os produtos, contam com desregulamentação do mercado de trabalho; também há a mercadorização de serviços como saúde, educação e previdência, atendendo de modo variado a algumas frações da burguesia, uma burguesia de serviços, beneficiária do recuo do Estado nos serviços básicos, reduzindo-se os gastos sociais para atender às demandas do capital financeiro. (BOITO JUNIOR, 2005).

A partir do Governo Lula, vemos uma intensificação dos processos inerentes ao Modo de Produção Capitalista no neoliberalismo. Corroborando com isso, há as políticas de privatizações, atendendo diretamente às demandas do capital financeiro, atuando de acordo com as políticas propostas pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial). Sendo assim, existiram grandes leilões das estatais além das Parcerias Público-Privadas (PPPs) propostas pelo presidente, garantindo legalmente a lucratividade do setor privado, podendo suplementar com verba pública os seus lucros. (Cf BOITO JÚNIOR, 2005).

Destarte, vemos as políticas focais e propagandísticas do Governo PT (Lula e depois Dilma), que, em cima da prerrogativa da democratização de direitos sociais, conseguem obter adesão de grande parte da população, sobretudo daquelas que são beneficiadas com os seus programas. Logo, concordamos com Boito Junior (2005, p. 73), quando ele nos mostra que “tal qual FHC, Lula despreza o emprego, o salário, a moradia, a educação e a saúde, que deveriam ser as áreas prioritárias de uma política social progressista, para se concentrar no paliativo da assistência social insuficiente e incerta”. Dessa forma, vemos que o gasto com direitos e serviços sociais básicos caiu enquanto os gastos com assistência social cresceram, despesas destinadas aos trabalhadores desorganizados, sendo uma melhor propaganda para o presidente.

Dando continuidade a este estudo, a partir do nosso foco na educação superior, poderemos analisar de que forma o projeto societário neoliberal dentro da particularidade da acumulação de capital no Brasil, capitalismo dependente, se materializa nas políticas governamentais.



## **A Educação Superior na dependência: A universidade na particularidade brasileira.**

A análise da educação superior na particularidade brasileira implica compreender mais do que as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, alcançando as formas de manifestação da relação dialética entre imperialismo e dependência na perspectiva de reprodução global do MPC. Para tanto, é fundamental entender a metamorfose das relações e estruturas de dominação imperialista nos processos e estruturas de subordinação, dependência. Assim, é fundamental entender que: “do solo material composto pelo MPC na particularidade não “decorre”, pura e simplesmente, a educação brasileira, como mera “superestrutura” que se ergue sobre uma base. Ela é resultado de processos históricos complexos, constituídos de lutas e conflitos determinados” (MINTO, 2011, p. 100). De acordo com Florestan Fernandes,

O caráter específico da nossa revolução burguesa cria determinações que inibem/neutralizam o potencial indutor de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais irradiadas a partir da dominação burguesa “nacional” ou “interna”. Esta, ao contrário, precisa manter a todo custo estruturas econômicas, de poder e de dominação “arcaicas” para compelir permanentemente as forças sociais criadas pelo desenvolvimento das forças produtivas (MINTO, 2011, p. 102).

Assim, cria-se uma impotência da burguesia, que converge para o Estado o seu núcleo de poder e decisão. O que não se consegue fazer na esfera privada, busca-se com os recursos e aparatos estatais, revertendo a sua impotência em uma força incontrolável nas relações de classe. Essa forma de dominação inviabiliza a ampliação de algumas conquistas sociais, onde o Estado é uma peça-chave para a manutenção dessa ordem social.

Se analisarmos a história da educação superior no país, conseguimos compreender de qual maneira esse processo ocorreu: por meio da transplantação de conhecimentos e de modelos europeus de universidade. Todavia, isso ocorreu mediante a transposição de unidades isoladas, algo diferente do modelo europeu; então, não houve uma perspectiva de produção de conhecimentos e “progresso cultural” para se igualar ao padrão europeu, mas apenas absorção do que foi produzido na Europa, onde a escola superior tinha necessidade de formar apenas seres letrados, com alguns poucos conhecimentos técnico-científicos. “Esse processo evidencia que o ‘novo’ na educação superior brasileira já nascia completamente ‘arcaico’” (LIMA, 2006, p. 31).

No fim do período colonial, transição do século XVIII para o século XIX, houve a criação das escolas profissionalizantes em áreas tradicionais (medicina, engenharia e direito), onde a formação de nível superior concorre para a formação da elite brasileira. Era uma formação pautada na conservação de classes no processo de adequação do país aos processos mais avançados do desenvolvimento do MPC. Conquanto fosse um ensino realizado no interior do país, ele teria a

função de fazer a ligação entre o desenvolvimento interior da civilização e o fluxo do saber importado e acabado, ratificando o processo de heteronomia cultural.

Ademais, as políticas educacionais do período eram bastante insuficientes, já que a dotação orçamentária das escolas superiores era ínfima. “As sistemáticas restrições orçamentárias à escola superior se convertiam em fatores de atrofiamento de suas capacidades institucionais. A educação brasileira, em geral, via-se amplamente restringida no que se refere ao financiamento e, por todo o período imperial, escassas parcelas dos orçamentos oficiais foram a ela destinadas” (MINTO, 2011, p. 111). Impossibilitadas de se tornarem autônomas, elas limitavam-se a cumprir suas funções tradicionais: transmissão de conhecimentos e formação para as elites, impossibilitando o surgimento de pesquisas, sobretudo, de um conhecimento crítico acerca da história.

Se a educação superior no Brasil nasceu com a marca de um intocável privilégio social, cuja ‘democratização’ começava e terminava nas fronteiras da burguesia, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista a ampliação do acesso à educação passou a ser uma exigência do capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma política inclusiva (LIMA, 2006, p. 31).

A disputa dos rumos da universidade no Brasil, a questão do modelo, do conteúdo, não era apenas uma disputa de modelo, mas sim de uma complexa e intrincada relação entre as classes que estão disputando a hegemonia, direção, do desenvolvimento capitalista no país. Assim, vemos uma relação profunda e complexa entre universidade e o MPC, sobretudo na particularidade brasileira: nessa particularidade, é inviável para a universidade alterar o desenvolvimento heteronômico. “Daí o sentido “elitista”, fragmentário e pouco integrado, que a universidade adquire ainda enquanto projeto, ao passo que a reação conservadora das classes dominantes brasileiras procurou eliminar do cenário político nacional os projetos então “alternativos”, porque associados à perspectiva de um desenvolvimento nacional autônomo, para além da lógica do capitalismo dependente” (MINTO, 2011, p. 131). Ademais, isso ocorreu com bastantes contradições, que vão definir a complexidade do processo. Prova disso é a reação conservadora aos diversos projetos apresentados.

Esse processo se intensifica do período após a Revolução de 1930 até o Golpe de 1964. Esse período comportou uma reorganização das forças sociais e pressões, imperialistas, com a afirmação de projetos e interesses nacionais nos países periféricos, fermentação de pressões sociais, gerando contradições, obrigando uma maior participação política e conquistas sociais da classe trabalhadora. Assim, vemos projetos de educação superior com uma perspectiva de maior autonomia, entendendo-se por autonomia das atividades-fim das Instituições de Ensino Superior (IES), tendo a universidade como eixo aglutinador da pesquisa científica e do ensino.

Assim, houve o confronto histórico entre as demandas de professores e estudantes pela democratização das universidades, além de algumas frações da burguesia que desejavam uma “modernização” para a atuação de acordo com o mundo do capital, e a perspectiva das classes mais conservadoras. Esse debate teve seu ápice na década de 60, quando a reforma universitária se tornou uma importante reforma política, que foi reivindicada pelos movimentos sociais. Contudo, esse padrão de universidade diferenciada, integrada, só podia ocorrer mediante o rompimento com a dependência. “A ruptura com o padrão dependente de ensino superior constitui-se em uma etapa fundamental da ‘revolução dentro da ordem’, sob a ótica dos trabalhadores, para construção de uma ‘revolução contra a ordem’ que objetive a superação da dependência e a configuração do projeto socialista de educação e de sociabilidade” (LIMA, 2006, pp. 31-32).

Destarte, conclui-se um processo denominado por Florestan Fernandes de “reforma universitária consentida”, quando a burguesia adota coopta uma bandeira que não era e nem podia ser sua, moldando-a de acordo com os seus interesses. Assim, Florestan faz uma análise minuciosa dos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT), criado pelo Decreto nº 62.937/1968. Nesse sentido, esse GT apresenta várias propostas, como cobranças de mensalidades em universidades públicas, bolsas para alunos necessitados nas IES privadas; extinção do regime de cátedras em prol do regime integral ou de dedicação exclusiva; fim da estabilidade do serviço público, além de uma reorientação do ensino médio e a criação de ciclos básicos de curta duração. Era a maneira que a burguesia encontrou de unir a aceleração do crescimento econômico com a ampliação do acesso ao ensino superior. Isso foi viabilizado “por meio do estrangulamento do sistema público de ensino e do aprofundamento de sua privatização, via financiamento público para as instituições de ensino superior privadas ou pela autorização de abertura de novos cursos privados” (LIMA, 2006, p. 33).

Posteriormente, vemos que a Assembleia Constituinte dos anos 80, apesar de obter alguns avanços nas questões trabalhistas e de seguridade social, por ter um texto mesclando ambiguidade e hibridismo, deu continuidade às políticas privatistas, destinando recursos públicos a instituições privadas de ensino, não conferindo bases para uma mudança no sentido de ruptura com o capitalismo dependente, que as consequências nos são apresentadas a seguir:

Destinam-se recursos mínimos para as demais funções, vinculadas à educação escolar, aos serviços de saúde e de assistência social ou de habitação etc. Não são as escolas que barram e expulsam os pobres da seleção positiva. É a estrutura de classes sociais que impede qualquer forma de distribuição das oportunidades educacionais entre todas as classes, marginalizando as classes subalternas da participação educacional, cultural e política ‘equitativa’ e ‘democrática’ (FERNANDES, 1995, apud, LIMA, 2006, p. 34).

**REUNI: Expandir para quem? A presença do neoliberalismo na Universidade.**

A eleição de Lula da Silva, representando o Partido dos Trabalhadores, simbolizou uma grande esperança na esquerda brasileira, assim como nos demais movimentos sociais. Todavia, vemos que o governo PT veio a frustrar essas expectativas, mesmo antes de assumir, com a “Carta ao povo brasileiro”, ele já havia deixado claro de que lado ele estava, e para quem iria governar. Com isso, considera-se que a mudança de direção do Governo Lula/PT não é algo recente nem uma mudança de orientação política. Nos últimos anos, ocorreram mudanças em toda estrutura societária brasileira, o que não isenta o PT por elas, pois “a cúpula partidária fez acordos de todo tipo para ser aceita pela burguesia, pelos partidos burgueses e pela mídia, mentiu ao eleitorado sobre política de crescimento, sobre criação de empregos, sobre reforma agrária e sobre respeito aos direitos previdenciários e, uma vez no governo, tem traído todas essas promessas de campanha” (BOITO JUNIOR, 2003, p. 12).

Essa tendência se materializou em todas nas políticas destinadas às áreas sociais, como podemos ver na educação, sobretudo a educação superior, vem sofrendo diversos ataques por meio das políticas educacionais estatais, além de toda uma massificação ideológica para conferir legitimidade a esses ataques.

Os governos neoliberais e a grande imprensa esforçam-se para apresentar o ensino público superior gratuito como um privilégio de camadas abastadas. O discurso é o mesmo: como determinado direito ou serviço só existe para uma parte dos trabalhadores, vamos eliminá-los – nunca ampliá-los para todos. Para a burguesia, trata-se de fazer caixa para remunerar o capital financeiro; para a alta classe média, trata-se de converter o ensino superior em monopólio integral dos que podem pagar por ele (BOITO JUNIOR, 2003, p. 31).

Nesse sentido, vemos o REUNI, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que foi implementado pelo Governo Lula, com continuidade de sua sucessora Dilma Rousseff, que, de acordo com Lima (2006, p. 35), “encontra-se inserida em um processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista, considerado como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital”.

A partir da análise dos termos e diretrizes dessa Reforma em sua relação com o plano macro-econômico, a parcela do orçamento da União a ser efetivamente transferida para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a verba que é destinada ao pagamento da dívida externa e aos seus serviços, concordamos com Lima (2006, p. 37), quando ela já alertava acerca dessa reforma, que “não só mantém como aprofunda o ‘padrão dependente de educação superior’ historicamente vigente em nosso país”.

Vemos que o REUNI é um programa que surge com a prerrogativa de expansão e democratização do ensino, além de conferir a possibilidade de aumentar a taxa de permanência do

aluno na Universidade, ou seja, reduzir os índices de evasão, como afirma o corpo do Decreto, “fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Todavia, isso nos parece contraditório, pois muito dos problemas que as IFES já apresentavam se davam em virtude da falta de verbas, e a solução encontrada para a solução dessas questões é aumentar em quase o dobro de seu número de alunos, com a possibilidade real de aumentar em apenas 20% o seu orçamento a depender da disponibilidade financeira do MEC (BRASIL, 2007).

§ 1o O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1o, § 1o.

§ 2o O acréscimo referido no § 1o tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3o O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação. (BRASIL, 2007).

Destarte, vemos uma reforma do ensino superior em uma perspectiva mais precarizante e degradante do ensino público, seguindo a linha de austeridade fiscal e privatizações recomendadas pelos organismos internacionais. “Sobre a base das legislações (incluindo a educacional) que foram dando corpo à reforma do Estado, estabeleceu-se um conjunto de diretrizes para a reforma da educação superior nos moldes das grandes diretrizes dos organismos internacionais para os *países em desenvolvimento*, bem como adequadas para as realidades específicas de cada país” (MINTO, 2011, p. 239). Isso ocorreu mediante: redefinição do papel do Governo com relação à educação superior, ênfase no caráter avaliador, organizador e financiador, além de se discutir na Organização Mundial do Comércio a inserção da educação superior no rol dos serviços negociados mundialmente, “comodificação” (LEHER, 2010, *apud* MINTO, 2011); incentivo à diversificação e diferenciação do ES, declinando o “modelo único”; estímulos às parcerias entre as instituições públicas e o setor privado como forma de financiamento de suas atividades; colocar o financiamento públicos das IES públicas em um mote produtivista, política de resultados, a eficiência dá uma nova roupagem à qualidade do ensino; colocar o mercado como setor regulador, conferindo mais autonomia às IES; garantir alternativas mais “baratas” de ensino “frente ao problema da escassez de recursos e do baixo índice de acesso da população jovem ao nível superior,

como os cursos de curta duração e o ensino à distância, sem afetar a tendência do Estado de enxugar recursos para as políticas sociais” (MINTO, 2011, p. 240).

Ademais, há a caracterização da educação como “bem público”, com aparato político-jurídico para a diluição entre o público e o privado; compromisso social da universidade voltado para a transferência do conhecimento e tecnologia, mantendo a tendência de adaptação do conhecimento externo; aprofundamento da diversificação das IES e dos cursos, com o aligeiramento da formação, dissociação do tripé ensino, pesquisa e extensão, e a certificação em larga escala; estabelecimento de parcerias com estabelecimentos estrangeiros sob a prerrogativa de inserção internacional e intercâmbio, com a possibilidade de reconhecimento pelas instituições privadas brasileiras dos diplomas de mestrado e doutorado expedidos externamente; “O empresariamento da educação superior que foi iniciado com o governo Collor-Itamar, ganhando nova racionalidade com o governo Cardoso, será aprofundado no governo Lula da Silva a partir de um duplo mecanismo: a ampliação do número de cursos privados e a privatização interna das instituições públicas” (LIMA, 2006, p. 38).

Dessa forma, vemos que essa reforma, implementada e mantida pelo Governo PT, não possui um rompimento histórico com a outra reformulação aplicada ao ensino superior em nosso país: constituir GTs com intelectuais para garantir um aspecto democrático e conferir legitimidade a essa política; criação de fundações e parcerias entre professores, empreendedores, e empresas privadas; o “privatismo exaltado”, ampliação do número de cursos privados e de privatização interna; adequação do ensino superior às alterações ocorridas no mundo do capital; alocação de verbas públicas para o setor privado; processo de certificação em larga escala e de aligeiramento da formação, cursos de curta duração, EàD; conjunto de alterações na carreira docente, fim da estabilidade e precarização da profissão, contratos e condições de trabalho; mercantilização do ensino e prevalecimento das propostas realizadas pelos organismos internacionais. (LIMA, 2006).

Nessa perspectiva, vemos que a classe que mais sofreu com esses ataques foi a docente, por meio da intensificação de seu trabalho e precarização de suas condições. Aumento do número de alunos em sala aula, acúmulo de funções, aumento do número de turmas, submissão à lógica do produtivismo, em especial para os professores dos cursos de pós-graduação, avaliados de acordo com os critérios da Capes (Cf Minto, 2011), além do estímulo à função de um professor-pesquisador/empreendedor, que tem que atuar buscando recursos privados para financiar suas atividades de pesquisa.

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), foco deste estudo, vemos um total desacordo entre as perspectivas de autonomia universitária, tão saudadas no texto do REUNI, e o modo pela

qual a garantia de adesão ao documento foi garantida. “O documento considera que a realização de concursos públicos para docentes e técnico-administrativos estará, assim como a distribuição de novas gratificações para cargos comissionados, condicionada a assinatura de um termo de metas entre a UFF e o MEC, e apresenta, em geral, medidas para o incremento da estrutura física da Universidade (reformas e construções de novos prédios), além de definir medidas para a assistência estudantil e a concessão de bolsas para alunos” (Gregório; Rodrigues; Mancebo, 2012, p. 996). Enxergamos nesse processo uma clara tentativa de “barganha”, onde verbas e o destino de funcionários estariam destinadas apenas às universidades que aderissem ao REUNI.

Ademais, vemos o processo de aligeiramento da formação, inclusive com propostas de “aceleração” dos bons alunos. “[...] cada aluno [deve poder] cursar suas disciplinas/ atividades no menor número possível de turnos e [deve-se criar] mecanismos de aprofundamento e aceleração de estudos para os bons alunos” (UFF, 2007, *apud* Gregório, Rodrigues, Mancebo, 2012, p. 997). Nesse ínterim, também é fundamental ressaltar o processo de flexibilização curricular, incluindo a realização de cursos de ciclo básico, que poderiam diminuir o tempo de permanência do aluno na graduação e garantir a aceleração de sua formação, o que entra na perspectiva da certificação em larga escala.

Por fim, vemos que essas informações são corroboradas no segundo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2008-2012) elaborado pela UFF, que “aponta para a necessidade de expansão do número de vagas e uma “melhoria qualitativa dos cursos” (UFF, 2009, p. 9), além de defender a criação de condições para a ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior, um melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes na UFF” (GREGÓRIO, RODRIGUES, MANCEBO, 2012, p. 1000). E, para corroborar a total submissão da UFF na elaboração de seu PDI, vemos um texto do próprio documento que afirma que o Decreto poderá constituir na universidade condições de: “[...] ampliar, aprofundar e conferir sustentabilidade às ações de seu PDI, melhorando a qualidade da expansão já existente e realizando investimentos planejados em infra-estrutura e pessoal que estabeleçam uma base sólida para o desenvolvimento da Universidade para além dos 5 anos de duração previstos no Reuni” (UFF, 2009, *apud* GREGÓRIO, RODRIGUES, MANCEBO, 2012, p. 1000).

## **Conclusão.**

Com isso, concluímos que, ao passo que essa reforma não apresentou um rompimento com os paradigmas de uma “educação dependente”, assim como o projeto macro-econômico não buscou romper com o capital multinacional monopolista, colocando o desenvolvimento econômico em bases autônomas, pelo contrário, intensificando o processo de dependência no Brasil, o projeto de

Universidade também é um projeto de precarização, que intensifica o processo de acumulação de capital por espoliação (Cf Harvey, 2005). Destarte, vemos que o REUNI engendra a formação de uma universidade que deixe cada vez mais de ser um centro de “possível” formação crítica, e, sobretudo luta por transformações sociais, políticas, culturais, garantindo cada vez mais o seu papel de instituição dependente, responsável apenas por adaptar e adequar o conhecimento produzido no exterior, não atuando na produção mesmo e se afastando de um desenvolvimento em bases autônomas.

Além disso, ao cooptar uma bandeira de movimentos sociais como a “expansão e a democratização do ensino superior”, aumentando o número de vagas na educação superior, por meio da política privatista, direta ou indireta, o Governo PT arranja uma forma de atuar de acordo com as proposições dos organismos internacionais (FMI, OMC, Banco Mundial) salvaguardando os interesses do grande capital monopolista, e conseguir legitimidade para suas políticas, sobretudo a partir de seus pontos de apoio perante a classe trabalhadora e os movimentos sociais: Central Única dos Trabalhadores e a União Nacional dos Estudantes.

Destarte, tornamos a afirmar a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes quando este nos fala acerca da “reforma universitária consentida”, onde o autor consegue claramente nos iluminar acerca do processo que vivemos hoje, estabelecendo uma relação dialética entre o plano macro-econômico cumprido pelo Governo atual e a sua materialização por meio de suas políticas educacionais, neste caso o REUNI, que entendemos se encaixar no conceito de “reforma consentida” deste sociólogo revolucionário. Para tanto, há a reafirmação de nossa condição de heteronomia cultural, onde o ensino superior atua no sentido de adaptar o conhecimento produzido nos países centrais, garantindo com muita precariedade uma formação para ocupação de cargos no mercado de trabalho, não agindo para a ruptura das bases do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento, pelo contrário, as intensificando.

### **Referências:**

BOITO JUNIOR, A. A hegemonia neoliberal no Governo Lula. **Crítica Marxista** (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 17, p. 10-36, 2003.

\_\_\_\_\_. A burguesia no Governo Lula. **Crítica Marxista** (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 21, p. 52-77, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais – Reuni. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em:



<<http://www.dee.ufcg.edu.br/dee/arquivos/Decreto.6096.de.24.04.2007.pdf>>. Acesso em: 10/04/2012.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital e o jogo da lei da população inerente ao capitalismo. Pp. 11-44. In: SOUSA, A. de A., ARRAIS NETO, E. de A., FELIZARDO, J.M.; CARDOZO, M.J.P.; BEZERRA, T.S.A.M. **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Editora Senac Ceará; Edições UFC, 2008.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4.ed. São Paulo: Global, 2009.

GREGÓRIO, J.B. de; RODRIGUES, V. de S.; MANCEBO, D. Quando o Reuni aderiu à universidade. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 3, 987-1009, set./dez. 2012.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIMA, K.R. de S. Capitalismo dependente e “Reforma universitária consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: SIQUEIRA, A.C. de; NEVES, L.M.W. (orgs). **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Editora Xamã, 2006.

MARX, K; ENGELS. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MINTO, L.W. **A educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. 2011. 326f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas. 2011.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.